

## A LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA COMO REBELIÃO LINGUÍSTICA

Gustavo José B. Paraiso<sup>1</sup>  
Iran Ferreira de Melo<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

A linguagem não-binária<sup>3</sup> (LNB) no Brasil emerge como um fenômeno discursivo que ultrapassa os limites da gramática normativa para se afirmar como prática glotopolítica, gesto de resistência e rebelião linguística. Em uma sociedade marcada pela cis-heteronormatividade e pelo binarismo de gênero, a LNB rompe com estruturas tradicionais de controle do sentido e introduz possibilidades plurais de expressão. Como prática discursiva insurgente, ela busca legitimar existências historicamente marginalizadas, especialmente as de pessoas trans e não binárias, oferecendo-lhes formas linguísticas de reconhecimento e representação.

A emergência da LNB ocorre em um cenário atravessado por disputas sociais, políticas e institucionais. O Brasil figura há mais de quinze anos como o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo, segundo os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), e essa violência não se restringe ao plano físico, mas se manifesta também em ofensivas discursivas, simbólicas e legislativas. Projetos de lei em diferentes municípios e estados buscam proibir seu uso em escolas e instituições públicas, reforçando uma lógica de apagamento e desumanização. Por outro lado, coletivos LGBTQIAPN+, movimentos feministas e setores acadêmicos têm mobilizado a LNB como ferramenta de inclusão, reconhecimento e transformação social.

Este recorte analítico se insere em uma pesquisa de dissertação em andamento, que é contemplada com uma bolsa da CAPES<sup>4</sup>, cujo objetivo central é observar como linguistas brasileiros se posicionam diante das manifestações recorrentes da linguagem não-binária na língua portuguesa.

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (Progel-UFRPE). Bolsista CAPES. Graduado em Comunicação Social (UFPB). Graduando em Letras (Português e Espanhol) pela UFRPE. Integrante do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais (NuQueer/UFRPE). Universidade Federal Rural de Pernambuco - PE, guga.paraiso@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Linguística (USP). Professor de Linguística Queer e Análise Crítica do Discurso (UFRPE/UFPE). Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (Progel-UFRPE) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL-UFPE), iranmelo@hotmail.com.

<sup>3</sup> Optamos por usar hífen na escrita de ‘não-binário’, com o intuito de dar maior unidade semântica a esse atributo quando designando à linguagem, haja vista ser ‘linguagem não-binária’ um conceito central aqui.

<sup>4</sup> Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. É um órgão do governo brasileiro, ligado ao Ministério da Educação, que atua na expansão e consolidação da pós-graduação no país.

Ao analisar discursos de linguistas publicados em revistas científicas, buscamos compreender como se constroem sentidos sobre a LNB, quais categorias discursivas emergem desses textos e de que maneira os posicionamentos teóricos se aproximam ou se distanciam das lutas sociais em torno do gênero e da linguagem.

Como afirma Marcuschi (2004, p. 264), "aquilo que damos a entender com nossos usos linguísticos não está previsto de uma vez por todas no sistema da língua, e sim nas formas de vida". Essa formulação remete à compreensão de que o significado não é uma entidade estática ou exclusivamente codificada no interior do sistema linguístico, mas um fenômeno dinâmico que emerge no entrelaçamento da linguagem com os contextos sociais e culturais concretos em que circula.

Nessa perspectiva, a linguagem não se reduz a um código fechado ou a um mero instrumento de comunicação; ela se manifesta como prática social constitutiva, indissociável dos modos de vida e das experiências coletivas. É no interior dessa relação inseparável entre linguagem e vida social que os processos de produção de sentido se efetivam. Então, não há possibilidade de se referir ao mundo, às relações sociais ou às identidades senão mediado pela linguagem, pois é ela que sustenta os mecanismos simbólicos de referência, nomeação e significação da realidade.

Contudo, a construção de sentido não resulta apenas da materialidade linguística - isto é, da escolha de palavras, estruturas sintáticas ou categorias gramaticais -, mas está intrinsecamente articulada a fatores de natureza sociocognitiva. Isso implica reconhecer que a interpretação e a produção de sentidos dependem tanto de saberes partilhados, memórias discursivas e convenções culturais quanto dos esquemas mentais, inferências e capacidades interpretativas que os sujeitos mobilizam nas interações sociais.

É nesse contexto que se insere um debate epistemológico histórico sobre a linguagem e sua função na constituição do social, um debate que atravessa diferentes tradições filosóficas e científicas ao longo dos séculos. Investigar esse percurso teórico revela não apenas a complexidade desse campo, mas também a multiplicidade de visões e as tensões entre elas. Em vez de consenso, o que se evidencia historicamente é um panorama de divergências profundas em torno da questão de como - e até que ponto - a linguagem participa da construção da realidade social. Assim, revisitá-las torna-se essencial para compreendermos as bases que sustentam as abordagens contemporâneas que articulam linguagem, discurso e prática social.

Ademais, Judith Butler (2003) defende que a linguagem não é uma simples ferramenta representacional - ela constitui o sujeito, performa realidades, delimita fronteiras do que é

inteligível e do que é abjeto. Ao desafiar os limites impostos pela gramática normativa, a LNB convoca novas possibilidades de reconhecimento social e político. E justamente por isso, ela se torna alvo de campanhas moralistas e projetos de censura: a tentativa de proibir seu uso em escolas, instituições públicas e documentos formais reflete a resistência violenta à pluralidade de gênero e à desestabilização das identidades cisnormativas.

## METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Nosso referencial metodológico ancora-se na Análise Crítica do Discurso (ACD), em diálogo com a Teoria Social do Discurso de Norman Fairclough (2001; 2003), articulando três dimensões: análise textual (aspectos linguísticos e formais), análise das práticas discursivas (produção, circulação e apropriação dos textos) e análise das práticas sociais (contextos políticos e ideológicos mais amplos). Para Fairclough, o discurso participa ativamente da (re)produção e da transformação social, sendo atravessado por disputas hegemônicas, ideológicas e identitárias que se materializam tanto nas microformas linguísticas quanto nas macroestruturas sociais.

Esse percurso permite compreender a LNB não apenas como recurso linguístico, mas como prática social situada em disputas hegemônicas. Além disso, a pesquisa se apoia na Teoria da Performatividade de Judith Butler (2003), que entende o gênero como efeito repetido de práticas discursivas, e na Linguística Queer (Borba, 2015; 2020; Santos Filho, 2015), que desloca o foco da descrição formal para a crítica às normatividades e exclusões. Essa articulação teórico-metodológica possibilita analisar como os discursos da Linguística brasileira tratam a LNB e até que ponto se alinham a projetos emancipatórios.

Somando aos pressupostos citados, a marcação de gênero (binário) é um assunto que gera controvérsias no âmbito da língua portuguesa. Nas ideias de Judith Butler (2003) a linguagem falha ao representar. Dessa forma essa tentativa de representação são na verdade exercícios performativos que buscam autorizar sentidos e sujeitos. Assim, contextualizando com o linguista Santos Filho (2015) que aponta sobre os objetivos de uma Linguística Queer, que vem a ser uma campo a ser construído, de modo a abordar a intersecção na teia da linguagem, gênero e sexualidade, favorecendo a compreensão desde o valor indicial da língua ao elo crítico entre linguagem e poder, refletindo sobre a linguagem na vida dos seres humanos e sua integração dentro dos grupos sociais.

Para tanto o linguista Rodrigo Borba afirma que “o queer da Linguística Queer (LQ) não é uma identidade, mas um posicionamento teórico (e, portanto político) que se coloca contra

processos de normalização e as exclusões que os acompanham” (Borba, 2015 p.98). Sendo assim, A LQ é a relação dos estudos da linguagem a partir dos atos de fala (Austin, 1962) com a performatividade (Butler, 2003).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise parcial, baseada no mapeamento inicial e em discussões teóricas do campo, indica que a LNB se constitui como prática linguística plural, atravessada por diferentes mecanismos de construção de sentido e estratégias discursivas. Entre os recursos mais recorrentes, destacam-se:

- Neopronomes (elu, ile), que rompem com a lógica binária dos pronomes pessoais de terceira pessoa, abrindo espaço para identidades que não se reconhecem nos polos masculino/feminino. Como podemos verificar no exemplo à seguir:

**Fig. 1- Exemplo de Neopronome**

Revista 451

Noah tomou hormônio por um ano e meio e então parou. Quando começou a transição e contou aos amigos da escola que era um menino trans, um deles o colocou imediatamente numa caixinha de masculinidade tóxica, algo que **elu** sempre rejeitou. Noah é uma pessoa não binária.

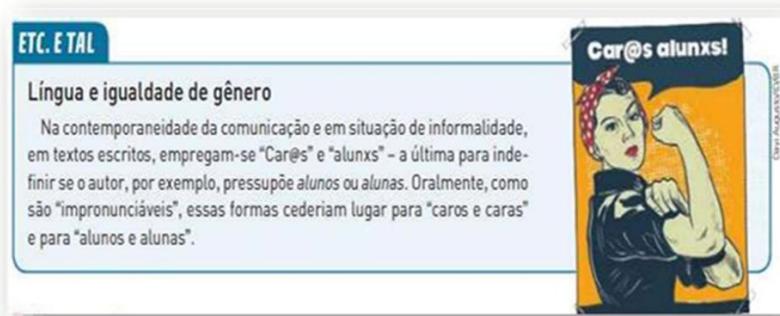
- Marcador -e (todes, amigues, alunes), recurso de maior circulação social na atualidade por apresentar passabilidade linguística tanto na escrita quanto na oralidade, sendo funcional, acessível e legitimado em contextos ativistas, educacionais e acadêmicos. Ilustraremos com um exemplo retirado de nosso corpus.

**Fig. 2- Exemplo de marcador “-e”**



- Marcadores não convencionais (-x, @), práticas de forte valor simbólico, mas com baixa aplicabilidade oral e crescente abandono em favor do marcador -e.

**Fig. 3- Exemplo de marcador não convencional**



- Díade lexical (todos e todas; brasileiras e brasileiros), que remonta às mobilizações feministas da redemocratização, ampliando a visibilidade do feminino em contextos públicos e institucionais.

**Fig. 4- Exemplo de díade lexical**



- Torneio linguístico (uso de termos coletivos como “docentes” ou “estudantes”), recurso que evita marcas de gênero e promove fluidez discursiva.

**Fig. 5- Exemplo de torneio linguístico**



- Valorização do feminino (formas como presidenta, mestra), estratégias de afirmação simbólica contra o apagamento de mulheres em posições de poder. Casos emblemáticos são os da ex-Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, e da ex-Presidente da Argentina, Cristina Kirchner, que publicamente solicitaram o uso da forma feminina “Presidenta” como forma de subverter o apagamento de gênero no discurso institucional e político.

Essas práticas revelam que a LNB não é homogênea, mas atravessada por disputas de passabilidade, aceitabilidade e função social. O marcador -e, por exemplo, ganha legitimidade justamente por equilibrar viabilidade linguística e potência política, enquanto o uso do @ e do x, embora disruptivos, encontram maior resistência.

Do ponto de vista teórico, a LNB explicita o caráter performativo da linguagem. Ao mobilizar novos modos de nomear e representar, não apenas descreve identidades, mas as constitui socialmente. Nesse sentido, articula-se à concepção de Butler (2003) de que a linguagem não é mero reflexo, mas ação performativa que produz realidades. Da mesma forma, conecta-se às formulações da Linguística Queer (Borba, 2015; Santos Filho, 2015), que entende a linguagem como campo de disputas normativas e locus de resistência.

Na perspectiva da Análise Crítica do Discurso, a LNB confirma a noção de Fairclough (2001) de que o discurso é simultaneamente texto, prática discursiva e prática social, refletindo e produzindo relações de poder. As reações conservadoras à LNB - como legislações proibitivas e campanhas moralistas - evidenciam o caráter hegemônico da linguagem como arena de disputa. O que está em jogo não é apenas a escolha de um pronome ou de uma desinência, mas a própria possibilidade de existir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação sobre a linguagem não-binária encontra-se em processo de desenvolvimento, e, até este momento, os achados apontam que ela se configura como prática discursiva e política que tensiona a lógica binária e masculinista da língua portuguesa. Ainda que os resultados não estejam consolidados, já é possível perceber que os mecanismos linguísticos mapeados revelam a LNB como gesto de resistência e como exercício de reconhecimento social de identidades dissidentes.

Esses dados iniciais reforçam que a LNB não pode ser reduzida a uma simples inovação formal, mas deve ser compreendida como prática glotopolítica situada em disputas sociais mais amplas. Sua presença em textos acadêmicos, discursos ativistas e produções culturais indica que estamos diante de um fenômeno de linguagem em expansão, que demanda da Linguística brasileira uma posição mais crítica e engajada.

O caráter ainda parcial desta pesquisa convida à continuidade do mapeamento e da análise dos discursos científicos sobre a LNB, de modo a compreender com maior profundidade como os linguistas brasileiros se posicionam diante das transformações em curso. O percurso que se segue poderá contribuir para a construção de políticas públicas informadas por evidências, bem como para a ampliação de agendas de pesquisa que reconheçam a linguagem como arena de disputa por cidadania e emancipação.

Assim, mais do que concluir, estas considerações reiteram a necessidade de manter aberta a investigação e de reconhecer a LNB como prática emergente, insurgente e indispensável à democratização da linguagem e à afirmação das múltiplas formas de existir.

**Palavras Chaves:** Linguagem não-binária, performatividade de gênero, análise crítica do discurso, glotopolítica.

## REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Harvard University Press 1962.
- BORBA, R. Linguística Queer: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. *Entrelinhas*, v. 9, n. 1, p. 91-107, 2015.
- BORBA, R. Falentxs Transviadxs: Linguística Queer e Performatividades Monstruosas. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 21, n. 2, p. 389-409, 2020.

BREVILHERI, U.; LANZA, F.; SARTORELLI, M. Neolinguagem e “linguagem neutra”: potencialidades inclusivas e/ou reações conservadoras. **Research, Society and Development**, v. 11, 2022.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Trad. Maria Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001 [1992].

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse**: Textual analysis for social research. London/New York: Routledge, 2003.

LAU, H. D. Pensando fora do Cistema: uma reflexão sobre a linguagem não-binária. **Revista Uniletras**, v. 41, n. 2, p. 262-282, 2019.

MARCUSCHI, L. A. Contribuição da linguística contemporânea ao estudo das relações entre língua e conhecimento. In: HENRIQUES, C. C.; SIMÕES, D. (Orgs.) **Língua e Cidadania**: novas perspectivas para o ensino. Rio de Janeiro: Europa, 2004. p. 255-272.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SANTOS FILHO, I. **Da emergência da Linguística Queer**. In: Seminário de Pesquisa: Introdução à Linguística Queer. Maringá: UEM, 2015.